

LEITURAS DA TRANSCENDÊNCIA: história e teoria(s) da intertextualidade à transtextualidade

Amanda Berchez*

Resumo: Neste artigo, o leitor se deparará, *in nuce*, com um trabalho de revisão, de natureza bibliográfica, da história e da(s) teoria(s) de um campo epistemológico de estudos que vai da intertextualidade à transtextualidade, o que, em se tratando, principalmente, do prisma teórico, é feito a partir da mobilização de alguns operadores conceituais, que se manifestam em notórias argumentações de tais especialistas: Ferdinand de Saussure, Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva, Roland Barthes, Michael Riffaterre e Gérard Genette. Nosso principal objetivo é recuperar o que, nesta linha, for emblemático com relação às concepções desses conceituados pensadores, trazendo, por exemplo, tanto questões, expoentes, títulos *etc.* nomeadamente a eles respeitantes quanto, amparando-nos em argumentos técnico-metodológicos, também máximas, preceitos, princípios *etc.* que, conforme cada uma dessas concepções, os caracterizam.

Palavras-chave: Intertextualidade; Transtextualidade; Semiótica francesa; Linguística; Literatura.

READINGS OF TRANSCENDENCE: history and theory of intertextuality to transtextuality

Abstract: In this article, the reader will be faced, *in nuce*, a review work, from a bibliographical approach, of the history and the theory(ies) of

* Doutoranda em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCL/CAR) da Universidade Estadual Paulista (UNESP); mestra em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); atualmente, parte do corpo docente da UNIFAL-MG na área de Literaturas Clássicas e Língua Latina.

an epistemological field of studies that goes from intertextuality to transtextuality, which, regarding, mainly, to the theoretical prism, is made by the mobilization of some conceptual operators, that manifest in notorious arguments from these specialists: Ferdinand de Saussure, Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva, Roland Barthes, Michael Riffaterre and Gérard Genette. Our main aim is recovering what, in this line, is emblematic in relation to the conceptions of these renowned thinkers, bringing, for example, issues, exponents, titles *etc.* namely pertinent to them but also, based on in technical-methodological arguments, maxims, precepts, principles *etc.* which, according to each of these conceptions, characterize them.

Keywords: Intertextuality; Transtextuality; French semiotics; Linguistics; Literature.

Considerações iniciais

“As próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.”

MACHADO DE ASSIS

Investigar fenômenos como a intertextualidade e os processos intertextuais é confrontar uma série de definições, questões, oposições *etc.* levantadas por vários teóricos quando, por vezes, no desígnio de ofertar instrumentos e modelos para interpretação. Mas, sendo a intertextualidade um conceito de caráter múltiplo e irreduzível, o empreendimento intentado, aqui, é o de trazer alguns dos mais aclamados tratamentos deste problema – tratamentos que não se isentam, ao contrário, reconhecem todas as dubiedades que dele são próprias –, jamais o de trazer (ou, mesmo, o de colaborar com, o de robustecer) respostas definitivas. É a esta tarefa que, neste momento, partiremos.

Enquadramento histórico-contextual e teórico-conceitual: da intertextualidade à transtextualidade

A origem (de muitas) das teorias da cultura e literatura é, com frequência localizada na instauração da disciplina de Linguística Moderna como ciência, tendo como fundadoras as obras de Ferdinand de Saussure. É no *Curso de lingüística geral*, obra póstuma e originalmente publicada por Charles Bally e Albert Séchehaye em 1916, que Saussure dá a conhecer a formulação teórica, de abordagem estruturalista, das seguintes dicotomias: *língua e fala*, *significante e significado*, *sincronia e diacronia*, *sintagma e paradigma*. Há, também na obra, a teoria sobre o signo linguístico. Saussure (2006) desenvolve o raciocínio de que, ao signo, além da natureza social, cabe igualmente outra dupla, decorrente da agregação, de cunho psíquico, de dois termos. Não é que o signo seja o total da união de uma coisa e uma palavra, mas o é, sim, de um conceito e uma imagem acústica, estes últimos passando a ser tratados, por Saussure (2006), como significado e significante. Daí em diante, desdobra-se um princípio que o autor afirma orientar toda a linguística da língua: a *arbitrariedade* do signo linguístico, de modo que o vínculo entre significado e significante nada ostenta de motivação. Tal declaração é capaz de revelar que o signo não equivale à referência de uma palavra a uma coisa existente no mundo concreto-material, que seu significado não é, portanto, referencial: “O significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (SAUSSURE, 2006, p. 83). Os signos, *arbitrários*, logram significados em atenção não a uma função referencial, mas a uma função que assumem dentro de um sistema linguístico tal como este é percebido pela consciência coletiva em determinado espaço de tempo¹. Em outras palavras, é em

¹ A esta, no caso, à linguística da estaticidade, Saussure (2006) dá – além de maior importância – o predicado de sincrônica, ao passo que, à linguística da evolução, a saber, da história, dá o de diacrônica.

certas relações de combinação, de consecutividade, de encadeamento, enfim dizendo, certas relações *sintagmáticas*, cujo caráter é linear, e certas relações de comunidade, de constelação, de associação, enfim dizendo, certas relações *paradigmáticas*, cujo caráter é virtual, com outros termos, em certo estado – a saber, em certo eixo *sincrônico* – de certo sistema linguístico que podemos situar referências que são instituídas por dado signo linguístico. Saussure (2006, p. 135; 270), por meio de tudo isso, pretende salientar, de modo a também abrir alas para a problemática da intertextualidade, que “o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia”, que “não existem características imutáveis”, que os significados elaborados e encontrados na língua são de ordem relacional, isto é, incidem luz sobre uma extensa rede de possíveis relações, podendo elas ser tanto de aparência quanto de diferença.

São estas mesmas noções oriundas da semiologia saussureana, relativas aos termos em que passam a ser entendidos as estruturas e os sistemas linguísticos, que, a partir da década de 1950, ensejam, graças ao movimento crítico, cultural e filosófico do estruturalismo, toda uma revolução nos moldes de apreensão da cultura humana. Tal transformação revolucionária de pensamento recebe o nome, nas ciências humanas, de “*linguistic turn*”, além de que pode ser apontada como um dos berços da teoria da intertextualidade. Caso encaremos a tradição literária como um sistema *sincrônico*, atinar-nos-emos que é com, ao menos, dois sistemas, a saber, o da língua em geral e o da literatura em especial, que trabalha o autor de obras literárias; este, por sua vez, lida com signos de determinado sistema linguístico com o propósito de engendrar, por exemplo, personagens, cenários, períodos, imagens, enfim, enredos, além, até mesmo, de maneiras de narrar provenientes de outras obras literárias (e) da tradição literária. Isso tudo não faz senão por reiterar que os signos, como previa Saussure, não são referenciais, considerando que, quando na leitura das obras, fica claro como os signos implantam referências, uns aos

outros, dentro dos sistemas literários dos quais emergem e, não, a objetos no plano ontológico-material. É onde o problema intertextual se faz presente.

O desígnio da linguística saussureana consiste, como vimos, em deslindar a língua como sistema sincrônico, ao passo que o do formalismo russo, escola de crítica literária com influência nos trabalhos, por exemplo, de Mikhail Bakhtin e pensadores estruturalistas, consiste, majoritariamente, em deslindar a literariedade das produções poéticas, isto é, em poesia e prosa. E, por falar neste pensador moscovita, devemos dar o devido mérito que cabe, juntamente à saussureana, à sua teoria da linguagem no que tange à posterior articulação de teorias da intertextualidade propriamente ditas (já que nenhuma das duas primeiras, apesar de abordá-la informalmente, emprega este termo em si), mas, sobretudo, como já antecipamos, a de Kristeva, comumente creditada pela sua cunhagem oficial. Porém, como veremos agora, Bakhtin, desviando-se do projeto de Saussure, preocupa-se bem mais com a especificidade de, por exemplo, situações, registros, momentos, contextos *etc.* sociais onde correm os signos, isto é, de enunciação e recepção dos signos.

Um caminho alternativo à teoria saussureana da linguagem é ofertado na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1995), originalmente publicada em 1929, com a assinatura de Valentín Volóchinov. A palavra capaz de traduzir a posição de Bakhtin (1995) com relação ao que entende por legítima realidade linguística é *enunciação*, que acentua o caráter socialmente orientado que, mesmo vilipendiado, por exemplo, pela linguística saussureana, se mostra inexoravelmente inerente à língua. Bakhtin (1995) levanta que a razão de ser dos signos localiza-se no mecanismo de *interação* social, quer dizer, entre consciências individuais; a mobilidade, de atributo semiótico, de signo em signo em direção a novos signos é constante e irreiterável. Os signos fazem parte de um sistema de comunicação social, fora

do qual – com exceção de quando são feitos como objeto(s) físico(s) – simplesmente não têm existência, além de que são condicionados segundo a configuração social em que ocorre a interação. Aquele que enuncia – e que, na argumentação de Bakhtin (1995), é designado como “locutor” – utiliza-se da língua, de suas formas normativas, para atender às suas necessidades enunciativas factuais em um contexto (de essência, pontuemos, ideológica) concreto. Ao locutor, não interessam formas linguísticas como sinais estáveis e idênticos, mas, sim, como signos mutáveis e flexíveis, em cujas diferentes recepções, enquadradas em específicas situações, obtêm diferentes (e) novas significações.

[...] o essencial na tarefa de decodificação [isto é, de *compreensão*] não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. (BAKHTIN, 1995, p. 93)

É a partir daí que Bakhtin (1995) começa a constatar que a apreensão de um signo, a favor do problema intertextual, reclama a sua aproximação de demais signos conhecidos, pois uma enunciação completa só poderá ser, com efeito, captada se estiver conjugada, dentro duma mesma atmosfera ideológica, a outras enunciações completas. Várias são as possibilidades quanto às formas que podem tomar as relações entre signos, bem como várias são as possibilidades quanto às significações que podem lograr as combinações de seus respectivos elementos: fato é que a comunicação verbal, ao entrar em relação com mais tipos de comunicação, expande, com o respaldo destes, os horizontes do contexto primordial de sua produção. Aplicadas ao domínio literário, estas afirmações assim se configuram, expõe Bakhtin (1995): é só na conglomeração de formas literárias em incessante contato, a saber, é só na unidade da vida literária que

os modos de enunciação de uma obra literária se fazem passíveis de ser apreendidos; tendo sido a obra enclausurada na sistematização da língua, isto é, tendo se tornado a obra, na expressão do pensador, um “monumento linguístico”, comprometida está, por conseguinte, a conquista da inteligibilidade de suas formas enquanto constituintes do complexo (de formas) de toda a literatura.

Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, *etc.* (BAKHTIN, 1995, p. 123)

Até porque toda enunciação (aí, inclusas as escritas) se caracteriza e se estrutura como resposta a outra prévia, até porque todas elas se conformam como peças desta infinita corrente dos atos de fala, dando prosseguimento, por distintos vieses, umas a outras. Assim, o discurso a ser disseminado e o discurso que o dissemina existem unicamente nesta função de interação, quer dizer, de *interrelação*, sendo desfeitos se isolados. Para mais, a verdadeira compreensão é aquela em que ocorre o posicionamento em relação à enunciação, de modo que, às palavras enunciadas por outrem, sobrevenha uma série de outras palavras (nossas), concebidas enquanto réplica: “Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.” (BAKHTIN, 1995, p. 132). De acordo com Bakhtin (1995, p. 179), a vida se instaura tão somente “no momento em que uma enunciação encontra outra”, em que “começa a interação verbal, mesmo que não seja direta, ‘de pessoa a pessoa’, mas mediatizada pela literatura”. Logo, estará morta, desfeita o mesmo pensador, a

obra literária que, encerrada em si própria, não puder se submeter a uma apreciação crítica viva.

A aliança das teorias linguísticas e literárias de Saussure e Bakhtin feita por Julia Kristeva enceta, da metade da década de 1960 para frente, as primeiras discussões sobre a teoria intertextual devidamente formulada. Em língua e terra francesas, o termo “intertextualidade” surge, pela primeira vez, nos ensaios “*Le mot, le dialogue et le roman*” (de 1966) e “*Le texte clos*” (de 1967), só que de maneira mais embrionária, mais incipiente, sendo melhor desenvolvido na famosa obra *Introdução à semântica* (de 1969). A década de 60, em que, já vimos, são concebidos os primeiros trabalhos kristevanos, caracteriza-se pelos pungentes debates e questionamentos dos ditados da teoria estruturalista, isto é, pela transição, com relação às teorias literárias e culturais modernas, do movimento estruturalista, reconhecido devido à aspiração objetivista, à robustez metodológica, ao rigor científico e outros quesitos de forte acento racionalista, para o pós-estruturalista, reconhecido graças à opção pela incerteza, pela indefinição, pela interrogação. Ou seja, é num momento histórico-contextual deveras determinado, a França em crise político-social do final da década de 60, que desabrocham o registro formal da problemática da intertextualidade por parte de Kristeva e, a partir daí, o (seu) aproveitamento, por parte de demais críticos e teóricos pós-estruturalistas, como Roland Barthes, em argumentos visando, sobretudo, à disrupção de conceitos ao exemplo de estabilidade de significado e objetividade de interpretação. No trabalho sobre a tradição semiológica saussureana – nos anos 60, pensada, cada vez mais, por um viés semiótico – recai, para Allen (2000), a acometida de Kristeva às convicções de significação estável. Isso porque, na época, a semiótica francesa aproveita-se das noções saussureanas, como *langue*, na tentativa de reclamar as próprias concepções de estabilidade e objetividade, as quais, entre outros itens, implicam que quaisquer textos de caráter cultural, como mitos e obras literá-

rias, passem, sim, a ser examinados de um ponto de vista científico, tendo em conta que eles estão instalados em um sistema sincrônico encarregado de prover significados precisos aos seus respectivos significantes. Entre aquilo que, a fim de sustentar tais concepções, é ignorado pelos semióticos estruturalistas, estão, por exemplo, a observação ao ser executor do enunciado e a carga histórica e plural dos significantes, que se direcionam, se localizam com relação a outros deles. Mirando na supressão de semelhantes lacunas, encontra-se a produção intelectual de Kristeva, à qual remontam os primórdios da teoria da intertextualidade.

É, inicialmente, por meio do estudo do papel espacial na análise poética da linguagem que, em *“Le mot, le dialogue et le roman”* (1969), Kristeva deixa transparecer a articulação entre as noções saussureanas e bakhtinianas, com a finalidade de ofertar a própria visão sobre a condição da palavra como significante com relação a vários tipos de cognição literária, em vários tipos de gêneros literários. Para tanto, o primeiro passo de Kristeva (1969) é a definição de 3 coordenadas, sempre em diálogo, do espaço textual (quer dizer, onde a significação se organiza, onde complexos sêmicos e séries poéticas operam), sendo elas: o sujeito da escritura, o destinatário e os textos exteriores. Além disso, de acordo com Kristeva (1969), são 2 os eixos que, interseccionados, condicionam a palavra: um horizontal, isto é, do sujeito da escritura e do destinatário, aqueles aos quais concerne a palavra; e outro vertical, isto é, dos textos exteriores (precedentes ou sincrônicos), aqueles aos quais é orientada a palavra no texto. Desta ponderação, segue que cada palavra (texto) corresponde a um cruzamento de palavras (textos), podendo ser lida, quando menos, outra palavra (texto). Para Kristeva (1969), esses mesmos eixos, embora não tenham sido justamente aprofundados por Bakhtin, formam uma visão que chega para estremecer a teoria literária: qualquer texto é, na verdade, “um mosaico de citações”, já que ele se configura como a assimilação e a modificação de outro texto. O conceito de intersub-

jetividade é, logo, comutado pelo de *intertextualidade*², de modo que a palavra – menor unidade textual, mas também conjunto de elementos dialógico- sêmicos ou ambivalentes – se incumbe, ora, tanto de mediar os paradigmas estruturais e o cenário histórico-cultural quanto de controlar as modificações da diacronia para a sincronia (ou seja, para a estrutura literária). É daí que Kristeva (1969) creia que o dever da semiótica literária seja, em primeiro lugar, considerar gêneros literários enquanto sistemas semiológicos falhos, que jamais significam sem a linguagem, e, em segundo, mapear – não mais necessariamente com alicerce nos modelos linguísticos – relações estabelecidas com partições narrativas maiores, ao exemplo de frases e diálogos, o que se legitima tendo em vista uma ampliação em termos semânticos.

Já em “*Le texte clos*” (1969), a atenção de Kristeva encontra-se nas formas de organização de um texto a partir de discursos já estabelecidos. Ou seja, pelo fato de um texto ser “*une permutation de textes, une intertextualité*”, em cujo espaço “*plusieurs énoncés, pris à d’autres textes, se croisent et se neutralisent*” (KRISTEVA, 1969, p. 113), tiramos que não é tendo por base noções originais, mas, sim, compilando [noções provenientes de] outros textos que se dá a sua composição por parte de um autor. Além disso, um texto, longe de comportar-se como um produto exclusivo, não apenas se faz absolutamente atrelado como também repercute toda a textualidade de ordem cultural e social, o que quer dizer: todos os discursos, jeitos de falar, sistemas *etc.* institucionalmente já confirmados. Torna-se notória, aqui, a reformulação feita, de um ângulo semiótico, por Kristeva (1969) com relação à concepção dialógica da linguagem de Bakhtin, que favorece, além do nexos com as estruturas ideológicas – já que qualquer texto abrange arranjos, con-

² Profusamente utilizado desde o instante de sua introdução, o conceito kristevano de intertextualidade, todavia, não diz respeito às questões de fontes de uma obra literária ou de influências de escritores uns sobre os outros; por outro lado, diz respeito, sim, aos constituintes de determinado sistema textual, ao exemplo do romanesco. (KRISTEVA, 1980)

flitos e tensões de natureza ideológica, manifestando-se na sociedade mediante o discurso –, a abstratividade dos termos “texto” e “textualidade”. É por isso que, para Kristeva (1969), o texto é igualmente tido como produtividade, visto que provoca o remanejamento das ordens linguísticas, de modo a fazer com que uma palavra comunicativa, a qual visa à transmissão direta das informações, esteja articulada com uma multiplicidade de enunciados, anteriores ou sincrônicos. O estatuto intertextual de um texto, assim, depende de como este se erige recorrendo a palavras, a enunciações que, sabemos, já existindo antes e continuando a existir depois, reverberam também o curso da história. Texto, escritura-leitura: em qualquer prática textual literária, não haverá significações, erigir-se-ão, obra a obra, obra com obra, significações; causa-e-efeito: em toda prática textual literária, haverá *sempre* de funcionar textos já lidos por seu autor. É nisto tudo que, enfim, insiste fundamentalmente a percepção kristevana – em termos, sobretudo, literários – sobre a intertextualidade.

O ataque, na esteira de Kristeva, às noções que sustentam o entendimento ocidental, de longa data, relativo ao signo e à significação, contemplando, por exemplo, a estabilidade do significado e a inquestionabilidade da verdade, avança com Roland Barthes, amiúde apontado, quando se trata da conceptualização de intertextualidade, como o mais articulado dos pensadores. As declarações mais importantes de Barthes, sobretudo, no campo de análise textual, vêm à tona no fim da década de 60 e no começo da de 70, período de transição em que, dentro do próprio estruturalismo, aflora o pós-estruturalismo. E, regularmente, é em tom de novidade e, não, de crítica, afirma Allen (2000), que se mantêm as propostas pós-estruturalistas de análise textual. À de Barthes, por exemplo, interessa a sondagem, à luz intertextual, da estrutura, dos elementos, dos significados, das unidades combinatórias pertinentes a um texto, este inclausurável no interior de sistemas fechados e/ou finitos. A ensaística barthesiana acaba intercedendo a favor, na escrita, de uma dimensão que, disrupt-

tiva, instável, lúdica *etc.*, se decide por manter o significado adiado. Sua teoria do texto supõe a relativização das “relações do [escritor], do leitor e do observador (crítico)” (2004, p. 66). É especialmente pela ênfase, relativa à produção do texto, no papel do leitor que se verificam os mais significativos contributos de Barthes ao projeto pós-estruturalista.

“Morte do autor”, ensaio publicado em 1968. Nele, Barthes (2004) expõe que a sociedade moderna, ao sair do período medieval, com pensamentos como o empirista inglês e o racionalista francês, fabrica, uma vez tendo descoberto a grandeza humana, a figura do autor. Com o ideário positivista-capitalista³, então, o poderio do autor é, em matéria literária, ainda mais contundente. Não obstante, há também os que lutam contra tamanha centralidade, por exemplo, na França do século XIX, Mallarmé, cuja poética tenta, pela supressão do autor, devolver, à linguagem (e, por consequência, ao leitor), o foco do processo escritural. Com base nesse e noutros literatos e movimentos, tais como o surrealismo, também tributário da dessacralização do autor, Barthes (2004) admite a escritura como o composto, de pendor neutro e oblíquo, que faz por esvanecer quaisquer identidades, mormente a de quem escreve. A escritura nasce quando o autor morre, isto é, quando a voz se desliga de sua origem; suprindo-o, encontra-se, segundo a nomenclatura adotada no ensaio, a figura do escritor, este já despojado da pretensão de conferir, à escritura, significados últimos. A produção do escritor moderno consiste, com efeito, em um processo contínuo de leitura e reescrita.

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira

³ Que faz da obra, argumenta Barthes (2004), um objeto de consumo subordinado a um nome de ordem autoral, detentor de um sentido inquestionável. Para mais, como diz Michael Moriarty, leitor de Barthes: “*a book reread is one fewer sold*” (1991, p. 127). MORIARTY, Michael. *Roland Barthes*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

teológico (que seria a “mensagem” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura. [...] o escritor só pode imitar um gesto sempre anterior, jamais original; seu único poder está em mesclar as escrituras, em fazê-las contrariar-se umas pelas outras, de modo a nunca se apoiar em apenas uma delas; quisera ele *exprimir-se*, pelo menos deveria saber que a “coisa” interior que tem a pretensão de traduzir não é senão um dicionário todo composto, cujas palavras só se podem explicar através de outras palavras [...]. (BARTHES, 2004, p. 62)

O significado, sendo o resultado do jogo dos significantes e, não, dos fitos de um autor soberano, ocorre apenas quando a linguagem é ponderada intertextualmente, além de instalar-se sempre no horizonte. Logo, não mais subsiste algo a ser decifrado, mas, sim, a ser deslindado; e é aí, justa e finalmente, que resplandece a figura do leitor, o qual se vê requisitado quando para o arranjo das frações que compõem o escrito. Na literatura, é tão somente para o leitor, sugere-o Barthes (2004), que está a escritura. Assento único: para a existência, por assim dizer, do leitor, é necessária – ponto sustentado já desde o título do ensaio barthesiano – a morte, melhor explanemos, a completa aniquilação do autor. Vida longa ao leitor⁴:

[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca,

⁴ Não nos alheamos ao fato de que os argumentos de Barthes (2004), dando a impressão de totalização dos poderes do leitor, podem como que suscitar a aparência de contradição (ou, ao menos, de tensão) à sua abordagem, avessa à adoção de uma estação arrematante nos termos dos processos textuais.

todas as citações de que é feita uma escritura: a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino [...]. (BARTHES, 2004, p. 64)

Os termos, como “autor” e “crítico”, da concepção tradicional de escrita e texto passam, no enfoque intertextual, a ser tratados, para Barthes (2004), também enquanto leitores. E, embora um texto seja estruturado por componentes definíveis, é impossível esgotar ou, mesmo, estabilizar relações intertextuais. De acordo com Allen (2000), a morte do autor talvez seja uma das premissas mais aceitas em se tratando da teoria intertextual. Por fim, é válido assinalar que os textos pós-estruturalistas de Barthes, construídos com fundamento em discursos com diferentes abordagens e pontos de vista, ao exemplo do marxista, do psicanalítico e do linguístico, servem como ilustração, como pudemos ver, de uma forma radicalizada de intertextualidade.

Abrangendo não só as teorias estruturalista, pós-estruturalista e semiótica, mas também a psicanalítica (relativamente à literatura) e outras tantas de leitura, como a hermenêutica, está, acerca da intertextualidade, o trabalho de Michael Riffaterre. No centro da abordagem intertextual riffaterreana, está a crença, de ordem estruturalista, no que diz respeito aos textos (tais como as obras literárias), tanto na irreferencialidade a conceitos e mundo concreto-material quanto na estabilidade de significações textuais e relações intertextuais.

Já a intertextualidade, tratada, mais propriamente, por Riffaterre no artigo “*Syllepsis*”, de 1980, refere-se à modalidade de decifração das estruturas, que conferem, ao texto, a qualidade de obra de arte, por parte do leitor. A leitura intertextual, por sua vez, é entendida como a percepção de aspectos comparáveis de textos para textos, que deve ser feita – por meio de pressuposições, dado que, na escrita literária, os elementos lexicais, além de assimilados de pontos de vista diferentes porque dentro de sequências gramaticais específicas, são

como pontas de *iceberg*, pois contemplam, ainda que não às claras, todo um sistema semântico comprimido em si – mesmo se o intertexto estiver indisponível. Riffaterre (1980), a fim de evitar certas confusões, explica que o intertexto equivale ao grupo – cujas fronteiras, flexíveis, podem ser infundavelmente estendidas conforme leituras forem feitas e, à vista disso, níveis culturais forem aprimorados – de textos legitimamente trazidos à mente de um leitor por ação do que está diante de seus olhos. É quando os rastros deixados pelo intertexto, ausente, desconhecido ou perdido, mobilizam a atenção do leitor que se dá a verdadeira conexão intertextual, como que indicando que tamanha falta – expressa, por exemplo, na forma de excertos obscuros, que o contexto falha em esclarecer – está para ser suprida alhures⁵. Podendo ser vista, a título de exemplo, como função, como guia da interpretação e – o oposto disso – como restrição à liberdade de leitura, a intertextualidade, descreve Riffaterre (1980), ocorre por 3 tipos: o complementar, em que a interpretação do texto o toma como o negativo (em termos fotográficos, põe o autor) de seu intertexto; o mediado, em que a referência do texto ao intertexto é mediada por outro texto; e o intratextual, em que a codificação parcial do intertexto no texto acarreta conflitos estilísticos ou semânticos. Não, objeta Riffaterre (1980): isso tudo não deve corroborar a redução do fenômeno intertextual às noções de fonte ou influência, porquanto essas duas mantêm uma relação verticalizada de reincidência e regularidade, enquanto o intertexto mantêm outra horizontalizada, de feitio mais contíguo, solidário, suplementar, com o texto. Não esqueçamos do termo retórico que dá título ao ensaio: Riffaterre (1980) sustenta que a *silepse* – consistindo no entendimento concomitante da mesma palavra por 2 modos: o contextual, que reporta à disposição da palavra em meio a outras palavras do texto; e o intertextual, que reporta à

⁵ Nas palavras do próprio autor: “*The text’s ungrammaticality is but a sign of a grammaticality elsewhere, its significance a reference to meaning elsewhere.*” (RIFFATERRE, 1980, p. 627).

disposição de mais sentidos, um sendo provido pelo dicionário, outro sendo provido pelo intertexto, ambos incompatíveis com o contexto, ininteligíveis, mas, ainda assim, paradigmáticos para a significância dentro do texto – substitui a noção de ambiguidade e, por isso, pode solucionar os empecilhos da indecidibilidade, no nível do significado mimético-textual, ao optar pela decidibilidade final, no nível semiótico. Colocando de outra forma: silepse é a figura, de natureza gramático-estilística, pela qual uma palavra significa “isto” em um contexto e “o-adverso-disto” em outro contexto. Silepse, finaliza Riffaterre (1980, p. 638), ao mesmo tempo, significância e sentido, é “*the literary sign par excellence*”.

A insistência, por parte de Riffaterre, nessas mesmas e noutras questões se dá ainda no artigo “*Interpretation and undecidability*”, de 1981. É nele também que o autor ratifica que não existe experiência literária sem percepção intertextual, considerando que: “*The text refers not to objects outside of itself, but to an intertext. The words of the text signify not by referring to things, but by presupposing other texts.*” (1981, p. 228). Para ele, não é o texto literário, mas é, sim, o fenômeno literário (quer dizer, a experiência do leitor, ao desvendar mensagens) que se verifica como o legítimo objeto de interpretação, cujo objetivo, ao contrário do que se pode pensar, não é tolher as falhas de leitura citadas acima, pois elas, também parte do processo, devem necessariamente ser ultrapassadas a fim de que o leitor alcance uma decodificação que, além de completa, seja passível de ser estabilizada. Sendo o estudo sobre a construção do signo, a semiótica é eleita como a abordagem que mais convém ao ato interpretativo por Riffaterre (1981). O intertexto faltante, chamado, neste artigo riffaterreano, de interpretante, detém controle sobre e, por consequência, deflete a produção de significância relativa ao texto, tendo em conta o fato da indecidibilidade. Isso porque esses signos “agramaticais” possuem 2 funções: uma dêitica (cuja gramaticalidade se revelará com a descoberta do intertexto) e outra hermenêutica (cuja gramaticalidade,

para que se revele, requisita o rastreamento, por parte do leitor, da deliberada, porém, errônea leitura que dado autor de obras literárias faz das relações semânticas do socioleto). Depois de feitas essas meditações, Riffaterre (1981) depreende que é rigorosamente nos entraves agramaticais, em consonância com os quais a indecidibilidade acusa o equívoco de uma leitura, que a interpretação deve estar concentrada.

Our failure to understand is in truth the other side of the certainty to come. Undecidables are pointers showing us at what spots comprehension will be blossoming once the real meaning-units have been grasped, once the other way of looking at the crux has been hit upon, once the right viewing-angle has been discovered. [...] In other words, destruction of the mimesis is the corollary to an epiphany of semiosis. (RIFFATERRE, 1981, p. 239)

E a ausência do intertexto haverá de garantir a impenetrabilidade de um texto, porque este continuará apontando para ele. Temos, com isso, que a comunicação necessitará do resgate desse sentido desaparecido, que o texto funcionará exclusivamente às custas da pressuposição de seu intertexto. É por isso que, no artigo “*Intertextual representation: on mimesis as interpretive discourse*” de 1984, Riffaterre conclui que a intertextualidade se faz necessariamente hermenêutica.

[...] intertextuality is not just a perception of homologues or the cultivated reader's apprehension of sameness or difference. Intertextuality is not a felicitous surplus, the privilege of a good memory or a classical education. The term indeed refers to an operation of the reader's mind, but it is an obligatory one, necessary to any textual decoding. Intertextuality necessarily complements our experience of textuality. It is the perception that our reading of the text cannot be complete or satisfactory without going through the intertext, that the text does not signify unless as a function of a complementary or contradictory intertextual homologue. (RIFFATERRE, 1984, p. 142-143, grifo nosso)

Uma vertente da teoria intertextual, já distanciada das considerações, por exemplo, de Kristeva e Barthes porque vinculada à prática crítica, pode ser encontrada também no seio de abordagens estruturalistas. Uma prova disso está em “*Structuralisme et critique littéraire*”, ensaio de Gérard Genette surgido em meados de 1965 e publicado na obra *Figures I* em 1966. O ponto de Genette (1966) esteia-se na noção, emprestada de Claude Lévi-Strauss, de “*bricolage intellectuel*”, sendo isto o exercício de certa atividade intelectual (crítica) a partir de instrumentos para a qual não são próprios. As operações (notadamente estruturalistas) de análise e síntese, responsáveis por recortar e realocar componentes heterogêneos, provindos de vários conjuntos e, ora, exonerados de suas devidas atribuições originais, dão à luz, assim, uma nova estrutura. Para Genette (1966), é pela ilimitação do repertório instrumental que o bricolador, a princípio, se diferencia do engenheiro, na medida em que consegue, ao contrário deste, adaptar instrumentos a necessidades técnicas únicas. Logo, a análise estrutural, em conformidade com Genette (1966), deve desemaranhar o elo entre os sistemas de formas e de significações

O desenvolvimento da abordagem estruturalista de Genette encontra-se na obra *Palimpsestes* (1982). Nela, além da congruente revisita a [e, de certa forma, revisão de] aspectos precisos da história da poética, é engendrada e esmiuçadamente mapeada também a teoria do fenômeno da *transtextualidade*, que Genette (1982, p. 7) prescreve tanto como “*transcendance textuelle du texte*” [pois, afinal, de que adiantam obras se estritamente imanentes?] quanto como “*tout ce qui le met en relation, manifeste ou secrète, avec d’autres textes*”, cujo objeto – a obra (aqui, literária) – é pensado, então, em sua estrutura global. Trata-se, como que, em essência, da versão de Genette do fenômeno da *intertextualidade*, fundada para acentuar, além da distância de seu tratamento – interessado no traçado das formas de sistematicamente compreender e interpretar textos – daqueles outros pós-estruturalistas, alguns dos quais, ao exemplo de Kristeva e

Barthes, já viemos estudando, também todas as instâncias transtextuais que são preteridas por estes pensadores.

Na primeira parte, Genette (1982), alicerçado no paradigma histórico-teórico do estruturalismo saussureano, dedica-se à montagem de uma tabela geral na qual constam 5 práticas artísticas transtextuais, ordenadas em níveis crescentes, por exemplo, de abrangência e abstração, pelas quais passaremos, agora, com alguma velocidade. A primeira delas é a já debatidíssima *intertextualidade*, cerceadamente indicada como a relação instaurada quando 2 ou mais textos existem conjunta e concomitantemente, isto é, como a existência patente de um em outro texto; entre os exemplos, estão: menos literal e óbvia, a alusão, remissão de inflexões; menos óbvio e mais literal, o plágio, empréstimo de inflexões; e, mais literal e óbvia, a citação, exposição de inflexões. Tendo Kristeva já feito escola, Genette não vê necessidade de mais explorar tal função. A segunda delas é a *paratextualidade*, indicada como a relação, mais aparte e menos óbvia, de mediação (obra – dentro e fora dela – e leitor) instaurada tanto por artefatos e convenções limítrofes, como título, subtítulo, prefácios, epígrafes, notas marginais, ilustrações, autógrafos *etc.*, nos quais esteve empenhado, por exemplo, Laurence Sterne, assim o mostra *Tristram Shandy*, quanto por elementos de pertinência histórica, quer íntimos, como correspondências e diários do autor, quer públicos, como apontamentos do editor. A terceira delas é a *metatextualidade*, indicada como a relação, explícita ou implícita, entre os textos comentador e comentado; o metatexto (podemos dizer: o comentário), a crítica, por exemplo, vem, há tempos, fazendo, garante Genette (1982), sem disso estar inteiramente ciente. A quarta delas é a *hipertextualidade*, na qual mais e melhor nos demoraremos em instantes, indicada – já norteia o subtítulo da obra genetteana: “*La littérature au second degré*” – como a relação de superposição (que resulta em ou conservação ou transformação) de textos posteriores, secundários, e anteriores, primários; entre os exemplos, temos: a imitação, a paródia e o pasti-

che. (Genette [1982] acusa *Eneida* de Virgílio e *Ulisses* de James Joyce como diferentes formas de hipertextos – a saber, a primeira dizendo outra coisa de mesmo modo e a segunda dizendo mesma coisa de outro modo – com relação ao mesmo hipotexto, *Odisseia* de Homero.) Por fim, a quinta – mais abstrata, silenciosa, velada – delas é a *arquitecturalidade*, indicada como a relação (de caráter taxonômico) de articulação do texto com, por exemplo, os gêneros literários, os modos de enunciação, os tipos de discurso dos quais ele é representante: “[...] *le texte lui-même n’est pas censé connaître [...] sa qualité générique: le roman ne se désigne pas explicitement comme roman, ni le poème comme poème [...] le vers comme vers, la prose comme prose, le récit comme récit, etc.*” (GENETTE, 1982, p. 12).

Considerações finais

Aqui, estacionamos; sabendo que o fim de nosso itinerário não significa, de jeito algum, o fim das estradas intertextuais (sem contar que a pretensa exaustão destas não está – e nem poderia estar – contida em nossas finalidades). Saímos das respectivas teorias estruturalista e dialógica da linguagem de Saussure e Bakhtin; passamos pela combinação de resoluções destas que desemboca na cunhagem oficial da teoria pós-estruturalista da intertextualidade de Kristeva; percorremos depressa a concepção também pós-estruturalista, que assassina o autor em benefício do leitor no processo da intertextualidade, de Barthes; inspecionamos a compreensão, de natureza hermenêutico-estruturalista, de intertextualidade de Riffaterre; e chegamos à teoria estruturalista de Genette, que, não se enclausurando em aspectos linguisticamente generalizados ou práticas culturalmente significantes, optando por pensar a transcendência ao invés da imanência das obras, considera e estuda modos pelos quais os textos se relacionam uns com os outros, com a incumbência de detectar os códigos mediante os

quais uma ou outra prática transtextual particular é gerada, ou seja, é a de estipular um leque de funções e possibilidades entre textos. E é, principalmente, pela recuperação da história e da(s) teorias dessa linha epistemológica e tão importante de estudos na área de Letras, mediante a exposição dos argumentos mais aceitos entre conceituados pensadores a ela vinculados, a todo momento buscando entender o modo como se desenvolveram e se estabeleceram as aplicações e os significados profusamente conhecidos hoje, que acreditamos estar inteiramente justificada a proposta deste artigo.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Graham. *Intertextuality (The new critical idiom)*. London, New York: Routledge, 2000.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERCHEZ, Amanda. *Murilo Rubião, leitor*. 2020. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2020.
- GENETTE, Gérard. Structuralisme et critique littéraire. In: GENETTE, Gérard. *Figures I*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.
- KRISTEVA, Julia. Le mot, le dialogue et le roman. In: KRISTEVA, Julia. *Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil, 1969. p. 82-112.
- KRISTEVA, Julia. Le texte clos. In: KRISTEVA, Julia. *Recherches pour une sémanalyse*. Paris: Éditions du Seuil, 1969. p. 52-81.
- KRISTEVA, Julia. *Desire in language (A Semiotic approach to literature and art)*. New York: Columbia University Press, 1980.
- RIFFATERRE, Michael. Interpretation and undecidability. *New Literary History*, v. 12, n. 2, p. 227-242, 1981.

RIFFATERRE, Michael. Intertextual representation: on mimesis as interpretive discourse. *Critical Inquiry*, v. 2, n. 1, p. 141-162, 1984.

RIFFATERRE, Michael. Syllepsis. *Critical Inquiry*, v. 6, n. 4, p. 625-638, 1980.

RIFFATERRE, Michael. The self-sufficient text. *Diacritics*, v. 3, n. 3, p. 39-45, 1973.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organização por Charles Bally e Albert Sechehaye; tradução de Antônio Chelini, Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VOLOCHINOV, Valentin (BAKHTIN, Mikhail). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.